

De entre as questões mais fundamentais que se colocam ao país, o aumento da riqueza e da prosperidade e a promoção da sua justa distribuição constituem objetivos permanentes, de todas as gerações.

A receita para conseguir maior crescimento é conhecida: mais investimento produtivo e reprodutivo, maior produtividade, um maior número de *fast growing companies* e empresas de maior dimensão, que possam também funcionar como catalisadoras das PME, um aproveitamento mais alargada da globalização, num contexto de finanças públicas sãs e de reformas estruturais que contribuam para aumentar a competitividade.

Um dos grandes constrangimentos a um maior e mais ambicioso crescimento do produto potencial, reside numa deficiência estrutural da nossa economia - a subcapitalização das empresas, durante décadas atenuado pelo grande apoio dos bancos ao financiamento das empresas.

As fontes de capital mais comuns, como todos sabemos, são o capital dos acionistas, o capital de risco e o mercado de capitais. Mas os factos mostram que temos escassez de capital nacional – houve dois momentos nos últimos 40 anos, o PREC em 1975 e a crise financeira global agravada com a crise da dívida soberana a partir de 2008 que provocaram uma forte destruição desse capital e as baixas taxas de poupança das famílias são também uma condicionante. Também é sabido que o capital de risco é muito pouco utilizado e que o mercado de capitais tem permanecido anémico, a nossa bolsa de valores é diminuta e é necessário revitalizá-lo.

Neste contexto, a banca tem sido o principal parceiro das empresas. Não é demais repetir, os bancos são absolutamente

indispensáveis para financiar a economia e com isso criar emprego.

A intensa recessão por que passámos veio trazer ainda mais claramente à evidência que era necessário atacar decisivamente este problema de fundo da nossa economia que radica na subcapitalização das empresas.

É por isso de saudar a iniciativa do Governo de promover o Programa Capitalizar, com o objetivo de proporcionar estruturas financeiras mais equilibradas, reduzir os passivos das empresas economicamente viáveis, bem como melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME.

Em si mesmo, pode dizer-se que o Programa Capitalizar constitui uma reforma estrutural de importância nuclear, que não era só necessária, era premente. De facto, só seremos capazes de corresponder às expectativas dos cidadãos e dos agentes económicos de convergirmos para a média europeia criando mais riqueza, crescendo com muito mais ambição. E podemos fazê-lo, basta recordar que em vários anos depois de 1975 o PIB real cresceu acima dos 7% - em 1979, em 1987, em 1990, em 1998.

Estão a presidir a esta cerimónia dois dos protagonistas maiores desta reforma, os Senhores Ministros da Economia, que a promoveu e o Senhor Ministro adjunto que integrou a Estrutura de Missão criada para a conceber e propor. Merecem o nosso maior apreço, que se estende aos outros membros da Estrutura de Missão e outros participantes.

O Programa Capitalizar necessita indiscutivelmente de ser completado com medidas adicionais que não foi ainda possível implementar – algumas propostas pela APB – mas já produziu

resultados e, principalmente, imprimiu *momentum*, que importa alavancar.

Existem sinais positivos:

- na redução do endividamento das SNF;
- na melhoria do rácio de autonomia financeira das PME, mais próximo da média europeia, e que cresceu de forma transversal em quase todos os sectores e regiões;
- no aumento do rácio de cobertura financeira.

A atração e mobilização de capital, nacional ou estrangeiro, para aumentar o investimento produtivo deve ser uma prioridade estratégica nacional – daí a importância de um enquadramento favorável, que nos posicione bem na perceção dos mercados e dos investidores, pois a competição neste domínio é global e muito agressiva.

É necessário apostar mais fortemente em medidas de incentivo, fiscais e de outras naturezas. E temos de ser coerentes e consistentes com a nossa clara e inequívoca opção pela economia de mercado e pela União europeia, evitando soluções e medidas que nos criem desvantagens competitivas na captação de investimento e na sua concretização. Daríamos "tiros nos pés..."

A criação de novos instrumentos e veículos financeiros faz parte do largo conjunto de medidas compreendidas no Programa Capitalizar e, dentre eles, sobressaem as linhas de crédito CAPITALIZAR (bem como a linha IFD 2016-2020, o Fundo de Business Angels IFD e os Fundos de Capital de Risco IFD).

A linha CAPITALIZAR, em particular, foi muito bem recebida pelas empresas, como se constatou pela forte procura, que excedeu largamente o montante inicialmente previsto.

A renovação da linha de crédito CAPITALIZAR é pois um importante marco na continuação do processo de aplicação de instrumentos e incentivos da recapitalização e do investimento das empresas portuguesas. Os bancos assumem-se como um importante parceiro destas iniciativas, daí a assinatura destes Protocolos.

Já é do conhecimento de todos o objeto, a estrutura, o montante e os termos das linhas CAPITALIZAR – 2018 e CAPITALIZAR MID CAPS.

Felicitó o Governo, o IAPMEI, o PME INVEST e o IFD pela realização destas medidas, que têm um impacto forte na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da economia nacional. E congratulo-me com o envolvimento dos bancos signatários dos protocolos.

Para terminar, permitam-me umas breves referências ao nosso sector bancário,

(1) - O sector bancário português registou nos últimos anos um processo de ajustamento e um conjunto de desenvolvimentos em praticamente todas as áreas da sua atividade e do seu funcionamento que são deveras positivos. O esforço muito significativo realizado a partir de uma crise – a da dívida soberana – que os afetou profundamente, e os bons resultados desse trabalho nem sempre vêm sendo devidamente valorizados. Mas correspondem à realidade e têm sido reconhecidos nos relatórios da Comissão Europeia

e do FMI e por instituições financeiras e thinktanks relevantes.

Os bancos nacionais estão, de facto, muito mais capitalizados, mais sólidos, mais efetivos, com modelos de negócio ajustados às novas realidades e interesses dos clientes, superam ou cumprem os muito exigentes e diversificados requisitos regulatórios e de supervisão. Vão continuar a trajetória de reforço que lhes permita manter-se ao nível dos seus pares europeus.

(2) - Em relação à sua missão prioritária de apoio ao crescimento da economia, a banca está presente diretamente concedendo crédito e, devo realçar, em condições que nunca foram tão favoráveis, oferecendo taxas de juro que se aproximam da média europeia. Os bancos estão também a colaborar ativamente e com o maior empenho e interesse nas reestruturações de empresas endividadas mas viáveis e a apoiar a diversificação de fontes de financiamento e de capitalização. Os bancos estão ainda a promover a melhoria da informação prestada às empresas, e a assisti-las na educação financeira. A APB está também a dinamizar a adoção no mercado nacional de um conjunto de princípios de alto nível de apoio às PME, nomeadamente para acesso ao financiamento, desenvolvido pela Federação Bancária Europeia.

(3) - No que respeita à sua contribuição na dinamização do mercado de capitais e na proteção do investidor, os bancos assumem-se como um parceiro determinante na colocação

de valores mobiliários e no apoio e proteção dos investidores.

- (4) - A APB e os seus associados estão firmemente comprometidos no seu contributo para o desenvolvimento do país e empenhados numa colaboração ativa com todas as iniciativas, provenham do Governo, de instituições públicas financeiras ou outras, de associações empresariais e de defesa do consumidor, para que se encontrem soluções orientadas para o robustecimento do nosso tecido empresarial e para tornar a nossa economia mais eficiente e competitiva e o seu crescimento verdadeiramente ambicioso.

Fernando Faria de Oliveira

11 de Julho de 2018